

## INDICADORES EDUCACIONAIS DE MATRÍCULAS EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO BRASIL (2009-2010)

Andressa Santos Rebelo<sup>1</sup>  
UFMS/PPGE/CPAN  
Mato Grosso do Sul  
CAPES/Observatório da Educação  
CNPq

**Eixo Temático:** Políticas educacionais para pessoas em situação de deficiência

**Categoria:** Comunicação

**Resumo:** A análise qualificada de dados estatísticos em ciências humanas ultrapassa a mera constatação de relações simplificadas de causa e efeito. Nesse sentido, a análise qualitativa dos dados quantitativos nos permite ir para além de seu tratamento técnico, formulando interpretações que estejam em contato com a história. Neste trabalho objetivamos analisar os indicadores educacionais de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil nos anos de 2009 e 2010. Utilizamos como procedimento de pesquisa a consulta à literatura que trata sobre indicadores sociais/educacionais e o tratamento estatístico dos microdados relativos à educação especial, disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP), com auxílio do *software* IBM SPSS *Statistics*. Os resultados apontam um crescimento tímido no número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino e uma respectiva estagnação da cobertura do Atendimento Educacional Especializado no Brasil.

**Palavras-chave:** Indicadores Educacionais, Atendimento Educacional Especializado, Políticas Públicas.

### Introdução

Em nosso trabalho de pesquisa recorreremos aos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil.

Na análise desses dados encontramos inúmeras dificuldades, oriundas de sua própria construção. O trabalho de Meletti e Bueno (2010, p. 8) assinala

---

<sup>1</sup> Mestre pelo PPGE/CPAN/UFMS/Corumbá (andressa.rebelo@ufms.br) e membro do grupo interinstitucional de pesquisa "Políticas Públicas de educação e educação especial" (UEL, UFSC, UNICAMP, UFSCar e UFMS).

que apesar das imprecisões metodológicas na coleta de dados pelo Censo Escolar, são esses os dados da educação brasileira e é baseado neles que as políticas educacionais são geridas:

A título de ilustração podemos citar a imprecisão da definição da população alvo da educação especial, agravada pelos sistemas de avaliação e de classificação do alunado [...]. Podemos também indicar a alternância das categorias de dados. Isso porque podemos considerar a metodologia de coleta como uma “auto-declaração” escolar feita nos limites de um sistema que estabelece previamente categorias imprecisas. [...] Apesar das imprecisões apontadas acima, não podemos desconsiderar que os dados obtidos em tais levantamentos são determinantes na elaboração de políticas públicas destinadas à educação especial e às pessoas com deficiência. Ainda que limitados, os dados disponíveis podem revelar como o atendimento educacional para esta população está evoluindo.

Ante a essa realidade, analisamos os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP) relativos ao Atendimento Educacional Especializado<sup>2</sup> no Brasil e entre os anos 2009 e 2010, pelo fato de ser a partir desse momento que o INEP passa a disponibilizar informações sobre o mesmo. O material empírico foi obtido através das sinopses estatísticas e dos microdados disponibilizados pelo INEP.<sup>3</sup>

Devido ao pouco tempo de implementação dessa ação governamental não nos é dada a possibilidade de analisar todos os seus desdobramentos, pois um estudo mais satisfatório requereria um maior tempo de duração da mesma. Jannuzzi (2005) afirma que não se pode esperar que os produtos e resultados gerados no âmbito de um programa governamental possam ser imediatamente impactantes sobre a sociedade, “a menos que a realidade social vivenciada antes do início do programa (marco zero) fosse muito trágica” (p.

---

<sup>2</sup> As matrículas no Atendimento Educacional Especializado são aquelas de alunos que matriculados no ensino regular/comum, recebem Atendimento Educacional Especializado no contraturno escolar. Nos documentos educacionais (BRASIL, 2008, 2011), a sala de recursos multifuncionais vem se constituindo locus prioritário no qual deve ser oferecido o Atendimento Educacional Especializado.

<sup>3</sup> As sinopses estatísticas da educação básica apresentam dados referentes aos estabelecimentos de ensino, às matrículas, à função docente e ao movimento e rendimento escolar para as diferentes modalidades de ensino: Ensino Regular (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Os dados estão distribuídos de acordo com as regiões brasileiras e as respectivas unidades da federação (RIGOTTI; CERQUEIRA, 2004, p. 76).

156). Por outro lado, se o pouco tempo de implantação de um programa acaba limitando o trabalho de análise dos resultados por ele alcançados, também permite o aprofundamento do estudo dentro de um período determinado, para o registro inicial de seu desenvolvimento.

### **Referencial teórico**

A tomada de decisão pelo poder público, embasada nas estatísticas oficiais é abordada por Sass (2010, p. 1), que faz a crítica de que um dos paradoxos da sociedade contemporânea é o apelo quase obsessivo à estatística como base para a tomada de decisões administrativas, políticas e científicas, “acompanhado da repulsa militante à utilização dos métodos estatísticos em pesquisa social”. A crença cega que diversas tendências das ciências sociais depositam na quantificação não fica em situação mais favorável do que a rejeição igualmente cega à mensuração, em nome de uma qualidade abstrata dos objetos sociais. Tentando ir para além desse entendimento, pretendemos fazer dos documentos e dos dados estatísticos não um fim, mas instrumentos de apreensão do conhecimento sobre a implementação do Atendimento Educacional Especializado.

Ao consultarmos a literatura vimos a redução que a crença na objetividade da ciência causou em discussões mais específicas sobre a deficiência (relativas a questões de aspecto biológico, psicológico ou clínico), aspectos que apesar de importantes, quando unicamente considerados impede-nos de ter uma visão de totalidade referente ao conjunto mais amplo das relações sociais que se estabelecem no processo de escolarização desses alunos (BUENO, 1991; KASSAR, 1993). Acreditamos assim, que o entendimento do homem enquanto produtor e produto da história (MARX; ENGELS, 1986; GRAMSCI, 1987) nos permite melhor compreender os problemas educacionais, a fim de contextualizar a educação especial tentando superar a “coisificação do objeto de estudo”, através de “uma epistemologia que propõe abarcar a visão de totalidade das relações sociais com base na percepção de fluidez e da complexidade das relações sociais” (KASSAR, 1993, p. 23).

## Objetivos

Neste trabalho objetivamos analisar os indicadores educacionais de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil nos anos de 2009 e 2010.

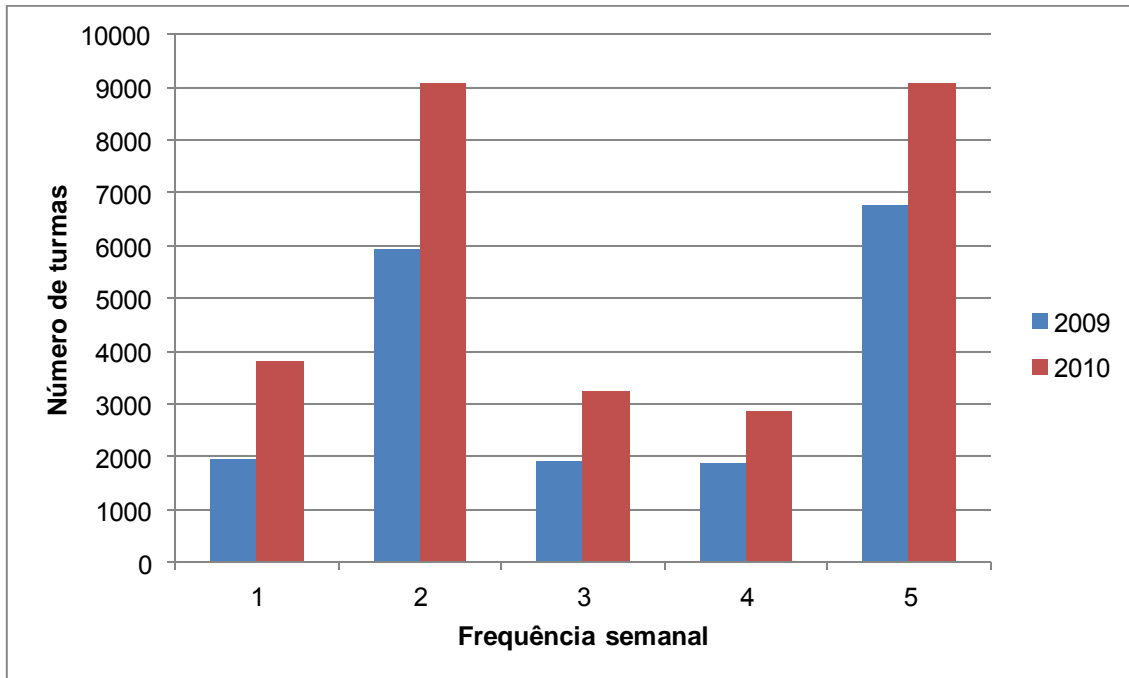
## Metodologia

Utilizamos como procedimento de pesquisa a consulta à literatura que trata sobre indicadores sociais/educacionais e o tratamento estatístico dos microdados relativos à educação especial, disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP), com auxílio do *software* IBM SPSS *Statistics*.

## Resultados

O Atendimento Educacional Especializado é disposto nos documentos educacionais como atendimento complementar/suplementar ao ensino comum destinado às pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades (BRASIL, 2008, 2011), entretanto, na legislação não está claro o número de vezes durante a semana em que o aluno deve frequentá-lo. O gráfico 1 apresenta a frequência semanal com que as turmas de Atendimento Educacional Especializado vem realizando suas atividades no país.

Gráfico 1 - Frequência semanal com que as turmas realizam Atendimento Educacional Especializado no Brasil (2009-2010)

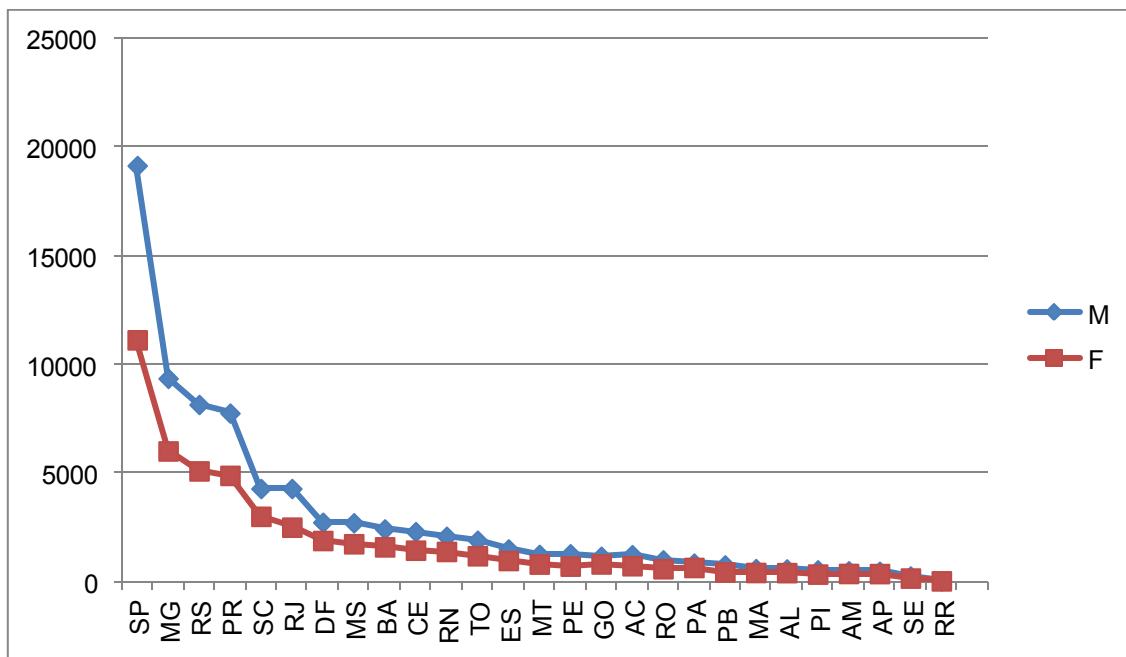


Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009-2010.

De acordo com o INEP, os alunos com deficiência recebem Atendimento Educacional Especializado de modo mais frequente entre duas ou cinco vezes por semana. A maior frequência semanal (cinco vezes na semana) indica-nos que grande parte desses alunos passa tempo integral na escola, mas também que esse atendimento pode estar a um passo de se tornar substitutivo. Constata-se também ser menor a frequência entre um, três e quatro dias na semana.

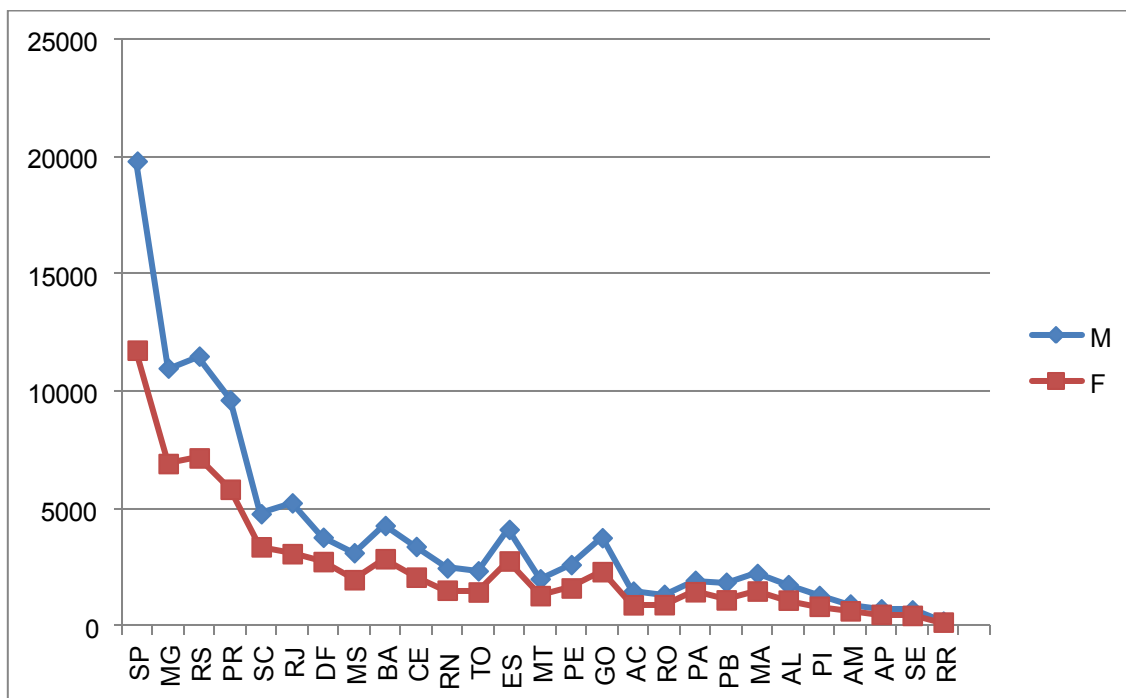
Os gráficos 2 e 3 apresentam o número de alunos com deficiência matriculados em Atendimento Educacional Especializado de acordo com o sexo nos anos de 2009 e 2010 nas unidades da federação.

Gráfico 2 - Número de alunos com deficiência matriculados em Atendimento Educacional Especializado no Brasil conforme o sexo (2009)



Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009.  
Legenda: M – Masculino; F – Feminino.

Gráfico 3 - Número de alunos com deficiência matriculados em Atendimento Educacional Especializado no Brasil conforme o sexo (2010)



Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2010.  
Legenda: M – Masculino; F – Feminino.

De acordo com os gráficos, o aluno matriculado no Atendimento Educacional Especializado é predominantemente do sexo masculino em todos os estados brasileiros. Mendes e Lourenço (2009), em estudo de caso em um município paulista com aproximadamente 200 mil habitantes, constataram a tendência estatisticamente significativa de indicar meninos para a educação especial com base em problemas de comportamento, mas não se indicar meninas por este mesmo tipo de problema, corroborando os dados da literatura (CARVALHO, 2001; SILVA et al. 1999, STROMQUIST, 1996; VIANNA; UNBEHAUM, 2004) de se identificar a representação de indivíduos do sexo masculino com problemas educacionais na proporção de 2:1. Assim, a probabilidade de um aluno ser notificado como estudante com necessidades educacionais especiais tendo por base problemas comportamentais é maior para os meninos do que para as meninas.

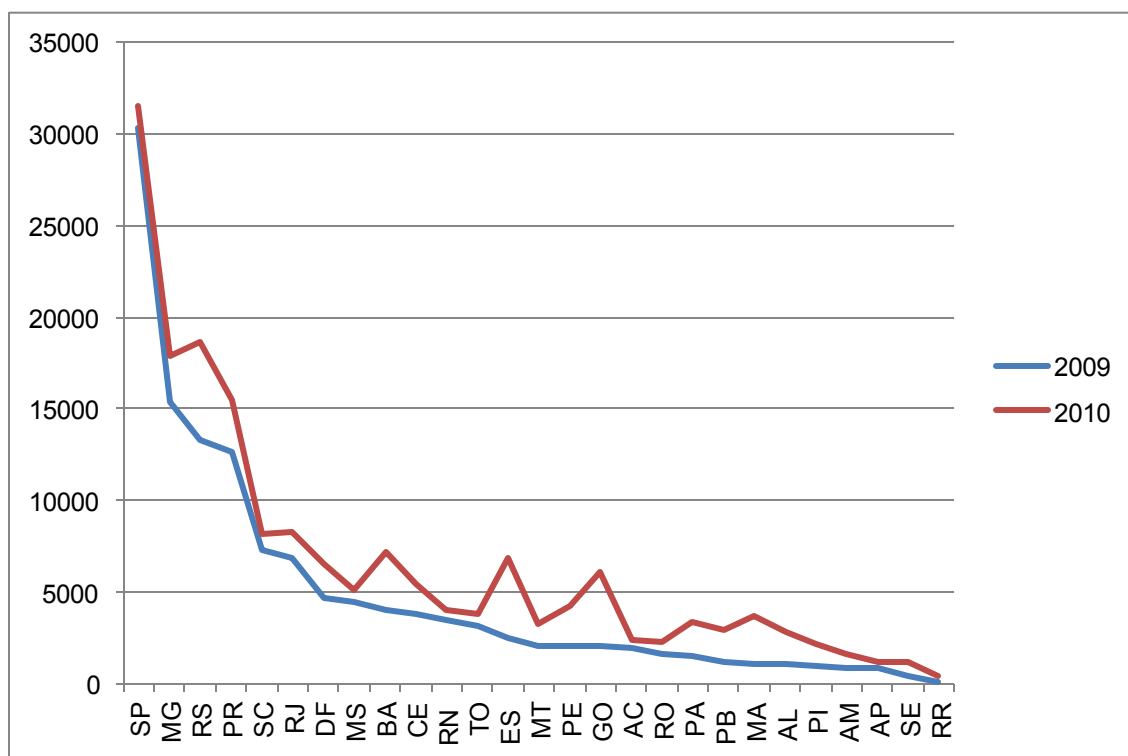
A literatura acima indica que esse resultado é fruto de vieses baseados nos estereótipos dos papéis sexuais da sociedade, pois pais, professores e as pessoas em geral tratam de forma muito diferente as meninas e os meninos e mantêm expectativas diferentes dependendo do gênero. Há uma maior tolerância com o baixo desempenho acadêmico das meninas do que dos meninos, por haver maior exigência de aprendizagem e desempenho para os homens, o que pode trazer consequências para a escolarização das meninas, já que não sendo diagnosticadas corretamente, estariam em desvantagem em relação às oportunidades de atendimento.

Em 2009, de acordo com informações oficiais havia no Brasil 639.718 matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação correspondendo a um total de 1,2% de matrículas da Educação Básica. Destas, 252.687 são de alunos da Educação Especial (matriculados nas 5.590 instituições especializadas pelo país) correspondendo a 39,5% da matrícula total desses alunos, com os demais 60,5% (387.031 alunos) matriculados no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2009).

O gráfico 4 a seguir nos apresenta o número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil nos anos de 2009 e 2010. O

gráfico 5 traz o número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil por regiões.

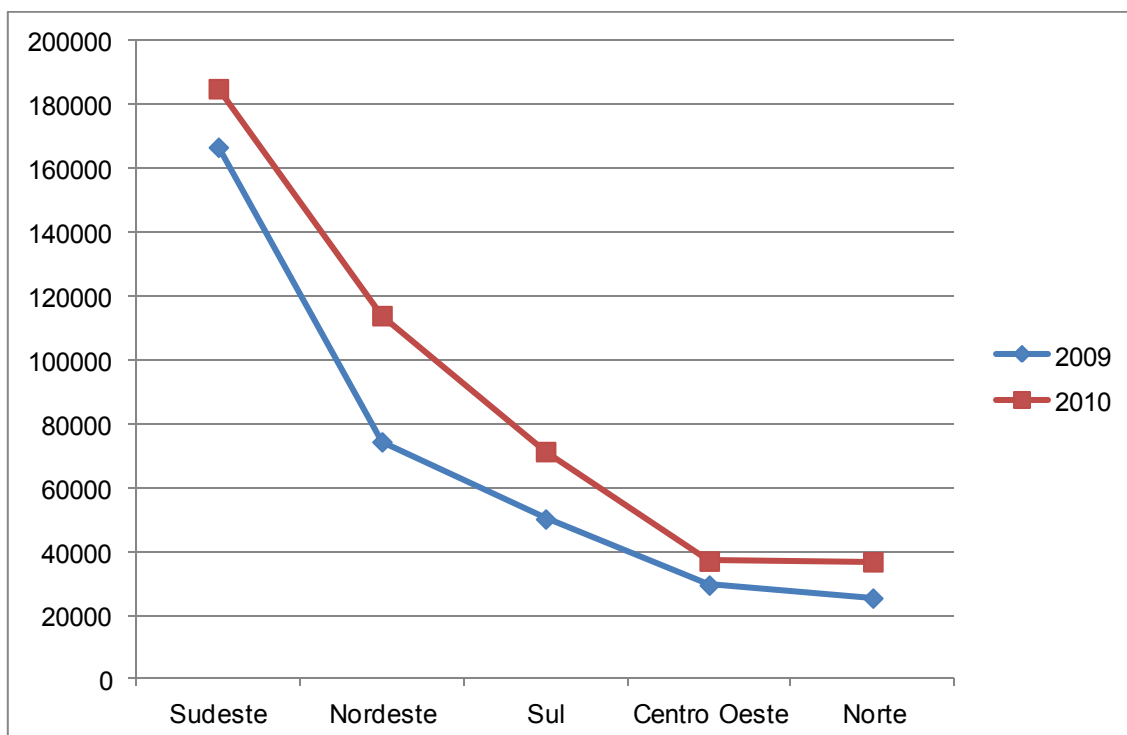
Gráfico 4 - Número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil (2009-2010)



Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009-2010.

Gráfico 5 - Matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular no Brasil por regiões (2009-2010)





Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009-2010.

Ao analisarmos o gráfico 5 verificamos que em 2009 os estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) respondiam por 68,06% das matrículas totais no Atendimento Educacional Especializado no Brasil (totalizando 88.274 matrículas). Em relação à cobertura desse atendimento (proporção de alunos com deficiência matriculados no ensino comum que recebem AEE), tal número indica que do total de alunos com deficiência matriculados no ensino regular nessas duas regiões (que somam 216.760), somente 40,72% deles recebiam AEE.

Segundo o gráfico 5, havia no ano de 2009 em torno de 29.471 matrículas de alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular na região Centro-Oeste. Em Atendimento Educacional Especializado são contabilizadas 13.228 matrículas nessa região (somatório das matrículas no gráfico 4), o que indica que 44,88% dos alunos que frequentavam o ensino regular recebiam atendimento no contraturno, e provavelmente que os outros 55,12% não recebiam nenhum tipo de atendimento.

Nesse ano as regiões Norte e Nordeste eram responsáveis por 21,74% das matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil. Do total

de alunos matriculados no ensino regular nessas duas regiões (99.712 matrículas), 28,27% deles também estavam matriculados no Atendimento Educacional Especializado.

Os dados acima indicam que as regiões economicamente desenvolvidas do país são as que juntas oferecem proporcionalmente maior cobertura de atendimento. Nas regiões Nordeste e Norte, os problemas educacionais não se restringem apenas à escolarização das pessoas com deficiência, o que demonstra a necessidade de políticas voltadas para essas áreas mais carentes em termos educacionais. Sobre os indicadores educacionais relativos às matrículas gerais no país, Riani e Golgher (2004) atestam a existência de uma tendência de diminuição das diferenças regionais, embora elas ainda persistam, com os estados do Norte e Nordeste apresentando os piores indicadores.

A partir do gráfico 4, construímos as tabelas abaixo onde cotejamos os números de matrículas nos estado de Roraima (estado com o menor número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil), São Paulo (estado com o maior número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado), Mato Grosso do Sul (nosso lócus de pesquisa) e no Brasil nos anos de 2009 e 2010.

Tabela 1 - Cobertura do Atendimento Educacional Especializado no Brasil e nos estados de Roraima, São Paulo, Mato Grosso do Sul (2009)

UNIDADE	Nº Total de matrículas geral	Nº Total de matrículas de NEE no ER	% de matrículas de NEE no ER em relação ao total de matrículas	Nº Total de matrículas no AEE	% de matrículas no AEE em relação às matrículas de NEE
Roraima	133.887	723	0,54	99	13,7
São Paulo	10.637.167	115.206	1,08	30.300	26,3
M. G. do Sul	687.084	5.574	0,81	4.477	80,32
Brasil	52.580.452	345.943	0,65	129.697	37,5

Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009.

Legenda: NEE – Necessidades Educacionais Especiais; ER – Ensino Regular.

Tabela 2 - Cobertura do Atendimento Educacional Especializado no Brasil e nos estados de Roraima, São Paulo, Mato Grosso do Sul (2010)

UNIDADE	Nº Total de matrículas geral	Nº Total de matrículas de NEE no ER	% de matrículas de NEE no ER em relação ao total de matrículas	Nº Total de matrículas no AEE	% de matrículas no AEE em relação às matrículas de NEE
Roraima	141.348	1.031	0,73	372	36,08
São Paulo	10.509.006	113.659	1,08	31.564	27,77
M. G. do Sul	677.137	7.540	1,11	5.093	67,54
Brasil	51.549.889	443.860	0,86	176.706	39,8

Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2010.

Legenda: NEE – Necessidades Educacionais Especiais; ER – Ensino Regular.

De acordo com a tabela 1, em 2009 tinham-se no país 129.697 alunos matriculados em Atendimento Educacional Especializado de um total de 345.943 de matrículas de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular. Isso significa que apenas 37,5% dos alunos com essas características, matriculados no ensino regular/comum, recebiam Atendimento Educacional Especializado.

Em relação ao número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado, o gráfico 4 nos mostra que São Paulo, até mesmo pela maior proporção de habitantes, é o estado com o maior número de matrículas no Atendimento Educacional Especializado, com cerca de 30.300 em 2009, correspondendo a aproximadamente 23,37% do total de matrículas no país neste ano e nessa categoria. Quando contabilizadas as 115.206 matrículas de alunos com deficiência no ensino regular nesse estado, vemos que apenas 26,3% desses alunos recebiam Atendimento Educacional Especializado. As 115.206 matrículas de alunos com deficiência no ensino regular correspondem ainda a 1,18% do total de suas 9.785.128 matrículas gerais no ensino regular.

A tabela 2 nos indica que no ano de 2010 foram contabilizadas 443.860 matrículas de alunos com deficiência no ensino regular no Brasil, o que corresponde a um acréscimo de 28,3% no número das matrículas nessa modalidade de ensino em relação ao ano anterior. Em Atendimento

Educacional Especializado havia 176.706 matrículas no ano de 2010, o que equivale a um acréscimo de 36,24% em relação a 2009. Quanto à proporção de alunos matriculados no ensino comum que recebiam Atendimento Educacional Especializado no país, ela cresce de 37,5% para 39,8% entre os anos de 2009 e 2010.

O estado de Mato Grosso do Sul respondia em 2009 por 3,45% das matrículas no Atendimento Educacional Especializado no país (em números absolutos, 4.477 alunos) e segundo o gráfico 4 era o oitavo estado com o maior número de matrículas no Atendimento Educacional Especializado. Conforme as tabelas 1 e 2, o número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular nesse estado aumentou 35,27% entre os dois anos (5.574 para 7.540 matrículas) e as matrículas em Atendimento Educacional Especializado cresceram 13,76% (de 4.477 para 5.093 matrículas).

Aferindo o total geral de matrículas entre 2009 e 2010 vemos que São Paulo e Mato Grosso do Sul seguem a tendência geral do Brasil, com diminuição do número total de matrículas entre os dois anos, ao contrário do estado de Roraima. Em relação ao número total de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular elas aumentam no país, com os estados de Roraima e Mato Grosso do Sul seguindo a mesma tendência, enquanto que no estado de São Paulo essas matrículas sofrem pequena queda. As matrículas de alunos com deficiência no ensino regular são ínfimas nos três estados girando em torno de 0,54 e 1,11% em relação ao total geral de matrículas nos dois anos, algo bem próximo também da média nacional (0,65 e 0,86% em relação às matrículas gerais na educação básica).

Em 2009, Roraima contava com 723 matrículas de alunos com deficiência no ensino regular, e dessas, 99 eram também do Atendimento Educacional Especializado, o que corresponde a uma cobertura de 13,7% de atendimento. Em relação ao total de alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado no estado de Roraima em 2010, a cobertura de atendimento aumentou para 36,08%, se aproximando da média nacional (39,8% de cobertura nesse ano).

Entre os dois anos o estado de São Paulo esteve consideravelmente abaixo da média nacional de cobertura, enquanto que no mesmo período Mato Grosso do Sul se coloca muito acima dessa média. Mato Grosso do Sul apresentou a maior cobertura entre os estados selecionados nos dois anos, no entanto, registra-se que a cobertura de Atendimento Educacional Especializado para alunos matriculados no ensino regular nesse estado diminuiu de 80,32% para 67,54% entre 2009 e 2010, apesar do crescimento no número de matrículas em AEE no período. Tais dados podem indicar que nesse estado a oferta de Atendimento Educacional Especializado não está crescendo no mesmo ritmo em que cresce a procura por matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

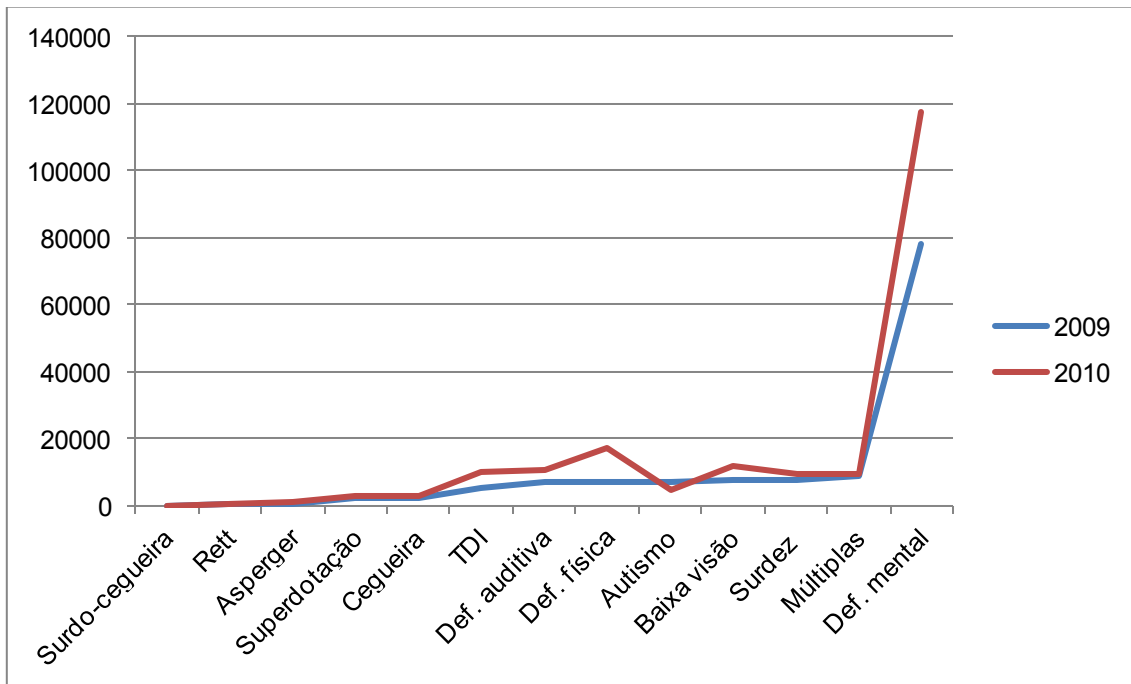
Os quatro estados com menor número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado são Roraima, Sergipe, Amapá e Amazonas (ver gráfico 4). Estes estados também são os que apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, pois organizados em rol crescente os IDH desses estados ficam compreendidos entre 12º e 20º lugar (Roraima: 0,750; Sergipe: 0,742; Amapá: 0,780; e Amazonas: 0,780) (PNUD, 2005), assim são os que em tese mais necessitam da intervenção do Estado, ou nesta omissão, da ampliação das instituições especializadas.<sup>4</sup> No entanto, a tabela 2 evidencia que a cobertura do programa em relação ao número de alunos incluídos no ensino regular no ano de 2010 é maior no estado de Roraima (36,08%), que no estado de São Paulo (27,77%), por exemplo, embora São Paulo tenha proporcionalmente mais crianças com necessidades educacionais especiais incluídas no ensino regular em relação ao número total de matrículas na educação básica que o estado de Roraima.

---

<sup>4</sup> Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem publicando relatórios anuais sobre as diversas dimensões do “desenvolvimento humano”. O IDH é um índice que busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país através da perspectiva mais ampla do que a simples relação entre o produto interno bruto e a população. Para tanto, incorpora as dimensões longevidade e educação, combinadas mediante um procedimento aritmético simples (GUIMARÃES e JANNUZZI, 2005, p. 75). O cálculo do IDH é obtido pela média aritmética simples dos três componentes, que, previamente normalizados, passam a ser compreendidos no intervalo de zero a um. Quanto mais próximo o índice se situar do limite superior, maior o desenvolvimento humano na região.

O gráfico 6 abaixo apresenta o número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil em 2009 e 2010, e o gráfico 7 indica o número de atendimentos segundo o tipo de Atendimento Educacional Especializado no Brasil entre 2009 e 2010.

Gráfico 6 - Número de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil segundo o tipo de deficiência (2009-2010)

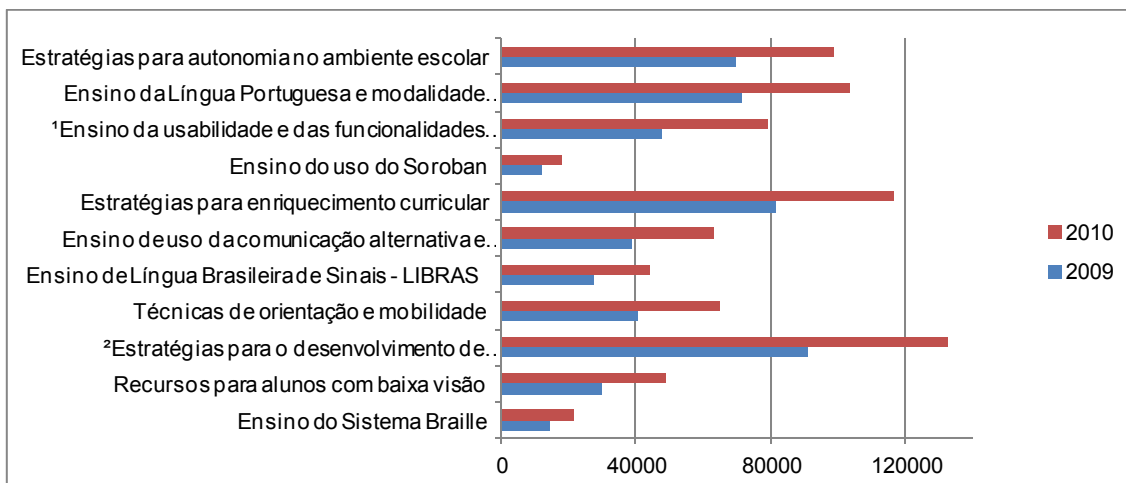


O total das matrículas não coincide com o total de matrículas no Atendimento Educacional Especializado pelo fato da categoria “deficiência múltipla” abranger duas ou mais categorias de deficiência, replicando as matrículas registradas.

Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009-2010.

Legenda: TDI – Transtorno Desintegrativo da Infância.

Gráfico 7 - Número de atendimentos segundo o tipo de Atendimento Educacional Especializado no Brasil (2009-2010)



<sup>1</sup>Ensino da usabilidade e das funcionalidades da informática acessível.

<sup>2</sup>Estratégias para o desenvolvimento de processos mentais.

Um mesmo aluno pode receber mais de um tipo de atendimento especializado.

Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2009-2010.

O gráfico 6 aponta que a maior incidência de matrículas conforme a classificação por deficiência dos alunos no Atendimento Educacional Especializado no ano de 2009 segue a ordem: deficiência mental, deficiências múltiplas, surdez, baixa visão, autismo, deficiência física, deficiência auditiva, transtorno desintegrativo da infância (TDI), cegueira, superdotação, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e surdo-cegueira. Em 2010 destacamos um pequeno decréscimo de matrículas de alunos com autismo em relação a 2009.

O gráfico 6 indica que no ano de 2009 havia no Brasil 78.241 matrículas de alunos notificados com deficiência mental no Atendimento Educacional Especializado, o que corresponde a 60,32% do total de matrículas nesse atendimento (que registrou 129.697 matrículas nesse ano). Ressalta-se que a deficiência mental é a que conta com o menor número de materiais para atendimento nas salas de recursos multifuncionais<sup>5</sup>. Em 2010, do total de 176.706 matrículas no Atendimento Educacional Especializado no país, 66,31% delas (117.178 em números absolutos) são de alunos classificados com deficiência mental.

Alguns dados das décadas de 1970 e 1980 sobre o atendimento educacional por natureza de deficiência, disponibilizados pelo MEC/CENESP

<sup>5</sup> Ver: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/salasmultifuncionais.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.



mostravam a alta incidência de matrículas de alunos com deficiência mental chegando a 66,38% do total dessas matrículas no ano de 1974 (BRASIL, 1975), 71,7% delas em 1981 e 67,3% em 1987 (BUENO, 1991). Assim, como o foi anteriormente, há uma grande possibilidade dos encaminhamentos para o Atendimento Educacional Especializado estarem englobando alunos com dificuldades de aprendizagem, mas com nenhuma deficiência comprovada, entre os que realmente possuem alguma deficiência, reproduzindo o caráter segregacionista que marca a educação especial no país.

Em relação ao tipo de Atendimento Educacional Especializado que vem sendo introduzido no país, podemos ver por meio do gráfico 7 que, como era de se esperar, o atendimento predominantemente oferecido se baseia nas “estratégias para o desenvolvimento de processos mentais”. Seguem-se então respectivamente as “estratégias para enriquecimento curricular”, “ensino da Língua Portuguesa e modalidade escrita”, “estratégias para autonomia no ambiente escolar”, “ensino da usabilidade e das funcionalidades da informática acessível”, “técnicas de orientação e mobilidade”, “ensino de uso da comunicação alternativa e aumentativa”, “recursos para alunos com baixa visão”, “ensino de Língua Brasileira de Sinais”, “ensino do sistema Braille” e “ensino do uso do Soroban”.

## **Conclusões**

Embora nos últimos anos tenha havido uma expansão das matrículas de alunos público-alvo da educação especial na rede regular de ensino, o Atendimento Educacional Especializado não tem sido disponibilizado para a maioria dessas crianças, em que persistindo poderá não promover a ampliação das matrículas nas escolas comuns.

Os dados relativos ao Atendimento Educacional Especializado no Brasil têm apontado certa estagnação em suas matrículas, pois uma parcela significativa dos alunos com deficiência, incluídos no ensino regular não está recebendo esse atendimento. Questionamos a falta de informações sobre o público em idade escolar não atendido, bem como a falta de referências que



possam mostrar o quanto a política ainda deve caminhar para que mais crianças com deficiência tenham acesso à escolarização.

### Referências

BRASIL. MEC. CENESP. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. **Educação Especial: Dados Estatísticos – 1974**. 1º Volume. Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_. MEC. INEP. DEED. **Resultado do Censo da Educação Básica**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: a integração/segregação do aluno diferente**. 1991. 214 p. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, SP, 1991.

CARVALHO, Marília Pinto. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. **Estudos Feministas**, nº 2, p. 554-574, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em Políticas Públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, Salvador, v. 7, nº 1, pp. 73-90, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público (Brasília)**, Brasília, v. 56, nº 2, pp. 137-159, 2005.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **A deficiência mental na voz das professoras**. 1993. 108 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande, MS, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 138 p.

MELETTI, Silvia Meletti Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). In: **Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd: Educação no Brasil: o balanço de uma década**. ANPEd, 2010. v. 1 pp. 1-17.

MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, nº 3, pp. 417-430, 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking do IDH dos Estados em 2005**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde)>. Acesso em: 29 mai. 2011.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; GOLGHER, André Braz. Indicadores educacionais confeccionados a partir de bases de dados do IBGE. In: RIOS-NETO, Eduardo Luís Gonçalves; RIANI, Juliana de Lucena Ruas (Org.). **Introdução a Demografia da Educação**. Campinas: ABEP, 2004, v. único, pp. 89-128.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; CERQUEIRA, César Augusto. As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações. In: RIOS-NETO, Eduardo Luís Gonçalves; RIANI, Juliana de Lucena Ruas (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: ABEP, 2004, v. 1, pp. 73-88.

SASS, Odaír. Estatística e estatísticas escolares no Brasil: a emergência dos serviços públicos de Estatística, sob a óptica de Rui Barbosa. In: I Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, PUC/SP, 2010. pp. 1-11.

SILVA, Cármem Duarte. et al. Meninas bem-comportadas, boas alunas, meninos inteligentes, mas indisciplinados. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 107, pp. 207-225, jul., 1999.

STROMQUIST, Nelly. Política pública de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**, nº 1, pp. 27-49, jan./fev./mar./abr., 1996.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, nº 121, pp. 77-104, jan./abr., 2004.